

## ATA N.º 16

Aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte, pelas vinte horas e trinta minutos, no Clube Recreativo Vilarinhense, reuniu a Assembleia de Freguesia da Lousã e Vilarinho em sessão ordinária nos termos do disposto nos nºs 1, al. a), 2 e 3 do artigo 12.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, com a seguinte ordem de trabalhos:

**Ponto Um:** Informação escrita da Sra. Presidente da Junta acerca das atividades da autarquia bem como da situação financeira;

**Ponto Dois:** Discussão e votação das opções do plano, da proposta de orçamento, PPI para o ano económico 2021 e mapa de pessoal, sob proposta do executivo;

**Ponto Três:** Apreciação e votação de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais;

**Ponto Quatro:** Apreciação e votação da proposta de manutenção da tabela de taxas e preços da freguesia, sob proposta do executivo.

O Presidente da Assembleia, Carlos Santos, começou por saudar os presentes com votos de boas festas, dando de imediato início aos trabalhos. Foi comunicada pelo Presidente da Mesa a renúncia do elemento do PSD Hélder Quental Martins para o que foi convocado o candidato seguinte na lista do PSD Ricardo Miguel Andrade da Costa, que disse aceitar o cargo. Fernanda Francisco (PS) requereu a substituição para esta sessão, tendo sido convocado o elemento Rui Trota.

Registando-se a presença de público, o Presidente da Assembleia deu a palavra aos interessados. Usou da palavra José Catarino, que iniciou a sua intervenção saudando os presentes, fazendo votos de boas festas, e congratulou todo o executivo pelo trabalho desenvolvido, ressaltando que todas as solicitações que têm sido endereçadas têm sido correspondidas de forma positiva e célere.

No ponto antes da ordem de trabalhos, o senhor deputado do Bloco de Esquerda Augusto Simões interveio desejando votos de Feliz Natal e de excelente Ano Novo a todos os presentes na Assembleia. Paulo Magro (PSD) inicia a sua intervenção com votos de felicitações de Natal e Ano Novo e congratula o Sr. Presidente da Assembleia pela escolha da hora e do local da realização da mesma, considerando que esta iniciativa apela e facilita a participação de toda a comunidade. Ainda na sua intervenção, alerta para a derrocada da estrada na Cornaga, afirmando que se trata de

uma estrada com muito movimento e coloca aquele local numa situação muito perigosa.

Referiu que o PSD tem como posicionamento a desagregação das freguesias de Lousã e Vilarinho, e desta forma vê com alguma preocupação ainda não ter surgido nenhuma proposta em Conselho de Ministros, salientando que o atual governo indicou como data o final do mês de outubro, no entanto encontramos-nos em dezembro e não se verifica qualquer alteração.

O deputado João Santos (PS) usou da palavra para referir que partilha da opinião do deputado Paulo Magro (PSD), ainda que noutra quadrante e neste sentido salienta que o foco deve ser a restituição da freguesia de Vilarinho independentemente do governo que estiver em vigência, reiterando que a freguesia deve ser restituída. Não pondo em causa o trabalho que tem sido desenvolvido, realça a importância proximidade.

Entrando no **Ponto Um** da ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa passa a palavra à Presidente da Junta, Helena Correia, que começa por reiterar os votos e felicitações de um excelente 2021 e por agradecer as palavras endereçadas pelo público. Em relação à questão sinalizada pelo deputado Paulo Magro, informou que esta situação já se encontra identificada na Câmara Municipal da Lousã e as obras terão início em janeiro. Relativamente à questão da desagregação das freguesias referida por Paulo Magro e João Santos, a Sra. Presidente da Junta informa que acredita que o governo vai cumprir o compromisso, e salienta que deverá ser até março de 2021 para que possa ter efeito nas próximas eleições autárquicas. Salienta que neste concelho estão reunidas todas as condições, uma vez que todos os órgãos de gestão estão a favor da desagregação, e que no pior das hipóteses, pode apenas ser aprovada a lei quadro. Reforça que a defesa da desagregação não é por uma questão de trabalho nem sequer de meios da junta de freguesia, mas de lógica territorial e de proximidade.

A Presidente, Helena Correia, referiu que o documento suporte com informação das atividades desenvolvidas pela Junta de Freguesia está bastante extenso e explicativo pelo que se coloca à disposição para responder às questões que os presentes considerarem pertinentes.

O deputado Paulo Magro (PSD) interveio reafirmando que a informação se encontra bastante completa e elaborada, contudo, referiu que no que concerne as várias reuniões era importante colocar a ordem de trabalhos. Ainda durante a intervenção

explica que no que diz respeito à dívida a terceiros verifica-se uma diminuição do valor, e neste sentido questiona a Sra. Presidente como é que é possível verificar-se um saldo tão alto.

A Presidente, Helena Correia, respondeu que futuramente será colocado o assunto debatido nas reuniões mencionadas no documento de informação. Em relação à dívida a terceiros esclarece que, face a um contexto atípico, não se verificaram tantos investimentos e que a política da Junta de Freguesia se pautou pelo pagamento mais célere aos fornecedores locais como forma de apoio nesta fase tão complicada. Aproveitou para informar que face ao ano especialmente exigente para as famílias, serão reforçados os cabazes de Natal a entregar às famílias mais carenciadas.

No **Ponto Dois** da ordem de trabalhos, a Presidente, Helena Correia, esclarece que o plano seguiu a lógica do mandato, compondo-se com contributos da oposição, depois de ouvidos em reunião de cumprimento do Estatuto da Oposição, estando aí explanadas as grandes opções da Junta de Freguesia. Coloca-se ao dispor para esclarecer qualquer questão por parte dos presentes.

Paulo Magro (PSD) evidencia que existem muitas coisas que não foram realizadas e que este orçamento é um orçamento condicionado face à situação pandémica que atualmente atravessamos. No entanto reforça a disponibilidade para contribuir para o que for necessário.

João Santos (PS) clarifica que todos os documentos são previsionais, são documentos difíceis de fazer e, se a isso acrescentarmos uma situação pandémica, mais complicados se tornam. Por isso, segundo João Santos, esses documentos podem e devem, quando necessário, serem discutidos e alterados, e a Sra. Presidente pode contar com todo o seu apoio nesse sentido.

O Presidente da Assembleia colocou as opções do plano, da proposta de orçamento, PPI para o ano económico 2021 e mapa de pessoal à votação, tendo sido aprovado com quatro abstenções (PSD e BE).

No **Ponto Três** da ordem de trabalhos, a Presidente Helena Correia, esclarece que se trata de um ponto que habitualmente é colocado à consideração da Assembleia, caso seja necessário a sua aplicabilidade.

Não havendo intervenções, foi colocado à votação, e foi aprovado com três abstenções (PSD).

No **Ponto Quatro** da ordem de trabalhos, a Presidente Helena Correia, reforça que face aos tempos complicados que estamos a atravessar fruto da situação pandémica, não é altura para se proceder à alteração das taxas e desta forma propõe a manutenção das mesmas. O Presidente da Assembleia, Carlos Santos, coloca a proposta a votação sendo aprovada por unanimidade.

Colocada a votação as atas das assembleias números catorze e quinze, ambas foram aprovadas por unanimidade.

O Presidente da Assembleia propôs a atribuição de um voto de confiança à Mesa para redigir e aprovar a ata em minuta com a redação que for mais conveniente. Colocado à votação a proposta foi aprovada por unanimidade.

E não havendo mais nada a tratar, o Presidente da Mesa deu por encerrada a Assembleia às vinte horas e quarenta minutos. Foi elaborada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Mesa.

  
Carlos Manuel de Jesus Santos

Tiago António Catela Henriques



Ana Salomé Brás Francisco Ferreira Dias

